

ONGs comemoram
decisão que impede
exploração de
petróleo em santuário

CLARISSA THOMÉ

RIO – A Agência Nacional de Petróleo (ANP) excluiu 162 áreas para exploração de petróleo e gás das 1.070 que serão leiloadas na semana que vem. A retirada de 8 blocos terrestres e 154 marítimos na região do Arquipélago de Abrolhos (BA) foi publicada ontem no *Diário Oficial* da União e é uma vitória de organizações não-governamentais (ONGs). Elas encaminharam ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em maio, dossiê sobre o impacto ambiental da exploração petrolífera na região e pediram que 243 blocos fossem suspensos. O Ibama referendou parte do documento e recomendou, na sexta passada, as mudanças na licitação, mantendo, no entanto, 81 áreas.

O coordenador-geral de licenciamento do Ibama, Volney Zarnardi Júnior, informou que a exclusão, por enquanto, vale apenas para a quinta rodada de licitações. Segundo ele, um relatório do instituto chamava a atenção para o fato de que, caso os 162 blocos fossem a leilão, as empresas teriam exigências ambientais maiores a cumprir e o licenciamento da área para exploração não estaria garantido. “A decisão final será entre as ministras (*Dilma Rousseff, das Minas e Energia, e Marina Silva, do Meio Ambiente*) e deve ser divulgada na semana que vem.”

Os ambientalistas comemoraram a decisão, apesar de terem pedido a exclusão de 243 blocos. Um deles foi o gerente do programa marinho da Conservation International, ONG que capitaneou o estudo, Guilherme Fraga Dutra. “Os blocos excluídos constituem a parte mais sensível do Banco de Abrolhos, praticamente o coração dos recifes de corais”, disse. “Estávamos preocupados com os blocos não excluídos, mas a área de maior biodiversidade marítima saiu da rodada de licitação.”

As áreas seriam leiloadas nos dias 19 e 20. Onze empresas se habilitaram para a rodada de licitação. De acordo com Dutra, as áreas excluídas estavam a 10 quilômetros do parque marinho. Agora, as mais próximas estão a 150 km. “Foi um passo enorme para a preservação de Abrolhos. Mas a questão não está resolvida. Estamos estudando novos mecanismos que protejam definitivamente a área.”

A decisão irritou o secretário de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, Júlio Bueno. O Estado seria beneficiado com os royalties da exploração da área: “Essa decisão não afeta só o Espírito Santo, mas todo o País. Inibe os investidores estrangeiros. Eles já conheciam o que seria licitado e agora se perguntam se vale a pena investir aqui.” (Colaborou Liana John)